



Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

**RELATÓRIO E CONTAS
DA
ADMINISTRAÇÃO**

Anuidade de 2019

Handwritten signature in blue ink, likely reading "Montepio".

Cumprindo o estipulado na alínea c) do artigo 39.º dos estatutos do MONAF, vem o Conselho de Administração do MONAF – Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M., apresentar o seu Relatório e Contas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

INTRODUÇÃO

“A felicidade da nossa vida depende da qualidade dos nossos pensamentos”.

Marcos Aurelios Antonius

É do conhecimento geral que a população mundial está a crescer menos e a viver mais, ou seja, está a envelhecer, estimando-se que as pessoas com mais de 60 anos dupliquem até 2050, daqui a “apenas” 30 anos. Mas enquanto a população como um todo cresce a um ritmo mais lento, a população idosa cresce a um ritmo mais veloz e pela primeira vez na história neste ano agora terminado, há mais pessoas com 65 anos do que crianças até aos 4 anos.

Supostamente, um padrão de vida melhor significa que as pessoas vivem mais, em sentido oposto as pessoas com menores recursos terão pior qualidade de vida, o que parece dar razão a um conhecido adágio popular que diz que *“mais vale ser rico e saudável do que pobre e doente”*.

O Japão é um bom exemplo pela positiva, onde a esperança média de vida à nascença é de quase 84 anos, a mais alta do mundo. Os idosos representam cerca de 27% da população e a população com menos de cinco anos apenas 3,85%.

Se quisermos, pela negativa, no Lesoto um enclave na África do Sul a esperança média de vida à nascença é de apenas 52,9 anos.¹

Nos países desenvolvidos teremos assim um duplo desafio, o aumento da população mais idosa e a diminuição da mais jovem, um desequilíbrio que irá trazer problemas a diversos níveis, porque os problemas demográficos afetarão todos os aspetos da nossa vida.

Um dos aspetos fulcrais e ao qual deveremos dar a devida importância prende-se com o nível de poupança que não fazemos. Numa sociedade consumista em que o impulso para se obter o desejado, se cruza muitas vezes com a facilidade com que se o obtém, por via do aumento do rendimento disponível, por acesso fácil ao crédito ou, ainda e também, porque as historicamente baixas taxas de juro dos produtos sem risco não convidam à poupança, induzindo desta forma o consumo.

¹ Fontes: OMS e ONU

Uma das mensagens que o MONAF com alguma regularidade vai fazendo passar, porque também essa é uma das suas obrigações, é a necessidade de cada vez mais cedo se começar a poupar para reforma. Não apenas e só porque o nosso sistema de Segurança Social é intergeracional, onde os atuais pensionistas recebem por via das contribuições dos trabalhadores ativos e das empresas, mas também porque a taxa de substituição (rácio entre o valor do último salário e da primeira pensão) das pensões públicas estará cada vez mais reduzido, em resultado da evolução a que já aqui nos referimos.

A “distância” a que está o futuro ilude-nos sobre a importância de tomar medidas para prevenir problemas que sabemos que vão existir com elevado grau de certeza e probabilidade. Hoje, mais do que nunca, a poupança para a reforma ganha especial relevo sendo indispensável uma maior responsabilização e planificação por forma a garantir rendimentos futuros.

Alargamento da base de Associados

Em junho de 2019 entrou em vigor uma nova alteração estatutária que veio permitir alargar a abrangência do universo de potenciais associados com a implementação da categoria do Associado Júnior.

Os Associados Júnior, por virtude da sua menoridade, não usufruem da plenitude dos direitos do Associado efetivo, exercendo os seus direitos e cumprindo as suas obrigações na pessoa do seu representante legal até que, atingindo a maioridade, passem a efetivos não perdendo, no entanto, a sua antiguidade como associado.

Relembramos aqui, à semelhança de que já temos mencionado em outras ocasiões os requisitos necessários para se poder ser associado da Instituição:

Farmacêuticos; proprietários ou sócios de sociedades proprietárias de farmácia; colaboradores efetivos de farmácia; cônjuges, ascendentes e descendentes em primeiro grau de associados efetivos, e colaboradores efetivos de instituições do sector farmacêutico e de empresas suas participadas.

Acresce ainda a possibilidade de admissão desde que o potencial associado seja proposto por dois associados efetivos.

O impacto desta alteração estatutária reflete-se já no facto de 73,3% dos novos associados admitidos nesta anuidade terem reportado no que se refere à sua formação e exercício profissional, a outras profissões que não a de Farmacêuticos.

Tendo como referência janeiro de 2015 data da primeira alteração estatutária que permitiu o alargamento da base de associados a familiares em 1º grau de associado e ainda aos colaboradores de farmácia e proprietários não farmacêuticos, dos 470 associados que desde aquela data aderiram à Instituição verifica-se que este indicador se fixou nos 54,9% (258 associados), ou seja, mais de metade das adesões ocorridas neste período.

É o resultado inequívoco das decisões que têm vindo a ser tomadas e que vão ao encontro do desejo dos associados, mas também é um passo importante no alargamento da base de potenciais novos associados, aos quais continuaremos a dar a devida importância na nossa atividade comercial.

Os benefícios fiscais do Plano I para a Farmácia e colaboradores

Aprovada a equiparação fiscal do nosso complemento de reforma (tecnicamente denominado Plano I) pela autoridade tributária em março de 2017 o qual garante igual tratamento fiscal ao dado aos Fundos de Pensões de cariz profissional, temos vindo desde essa data a direcionar também a nossa atividade comercial no sentido de sensibilizar as Farmácias para implementarem um modelo de gestão de recursos humanos socialmente mais responsável em matéria de garantia de rendimentos futuros (pensões) dos seus colaboradores e eficiente fiscalmente.

Num sector que se pretende cada vez mais estável e que sempre se tem posicionado como um agente de mudança e inovação, o assumir de uma decisão desta natureza pela Farmácia revela, pelos seus proprietários, inegável preocupação e responsabilidade social e, assumidamente, cria reconhecimento e um fator acrescido de fidelização e coesão entre os seus colaboradores.

Por último refira-se que, da totalidade dos associados que nesta anuidade aderiram à Instituição, cerca de 55% resultaram exatamente desta consciencialização dos proprietários das Farmácias para as vantagens de implementação de planos complementares de pensões de reforma, com base na equiparação fiscal do tratamento como custo em sede de IRC, das suas contribuições quando em benefício de todos os seus colaboradores.

Evolução dos associados

Constituído em julho de 1985 o MONAF iniciou a admissão de associados em dezembro de 1986, tendo efetivado até agora um total de 3.765 adesões, registando neste período 433 falecimentos, 4 exonerações e procedido à anulação de 12 inscrições, o que se traduz, em termos líquidos no final desta anuidade, em **3.316 associados efetivos**, sendo que 987 recebem já rendas vitalícias de

aposentadoria aos quais acrescem 12 beneficiários pensionistas que são cônjuges de associados falecidos e ainda, 4 beneficiários de rendas temporárias.

Das 90 adesões ocorridas nesta anuidade, 24 corresponderam a Farmacêuticos de Oficina e as restantes 66 a outras profissões, constatando-se que a idade média foi de apenas 36 anos o que evidencia, cada vez mais, uma maior sensibilidade nestas matérias de grupos etários mais jovens, os quais são fundamentais para um continuado rejuvenescimento do MONAF, bem como o garante de sustentabilidade da Instituição.

Registámos com pesar o falecimento de 27 associados e, por outro lado, salientamos nesta anuidade agora terminada o início do recebimento da renda vitalícia de aposentadoria por 59 associados.

Imagem e presença

Ao longo da anuidade estivemos presentes ou representados num conjunto de reuniões e eventos dos quais se considera importante realçar:

As reuniões periódicas com as Instituições Financeiras e os nossos Gestores de Ativos, nomeadamente as havidas com o Millennium bcp, o Banco Montepio, a Caixa Geral de Depósitos, a Dunas Capital, a BIZ, o Banco BIG, o Millenium Banque Privée Suisse, o Banco Rothschild, o BPI Suisse, a Golden Assets, o Fundo TIIC, a Explorer Investments, a Crest Capital Partners, a Norfin, a Corum Investments e as reuniões dos Conselhos Estratégicos dos Fundos Fechados em que participamos.

Da APM -RedMut – Associação Portuguesa das Mutualidades, da qual o MONAF é associado, fomos convidados a integrar a Lista candidata para os Órgãos Sociais para o triénio 2019/2021 na qualidade de 1º Secretário da Mesa da Assembleia Geral, cargo que aceitámos com prazer.

Reforçámos as sinergias com as organizações estudantis de Farmácia das quais apoiámos a APEF – Associação Portuguesa dos Estudantes de Farmácia, a APJF - Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos, a AEFFUL - Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, a AEFFUP - Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e o NEF-AAC - Núcleo de Estudantes de Farmácia da Associação Académica de Coimbra.

Com carácter renovado, institucional e informativo a "homepage" www.monaf.pt continua permanentemente atualizada com os aspetos relevantes e todas as novidades da nossa atividade mantendo-se a acessibilidade aos nossos serviços via e-mail monaf@monaf.pt.

Consignação Fiscal

Uma referência para a importância da Consignação Fiscal e a informação de que, na corrente anuidade, recebemos ofício da AT, informando da transferência de 32.403,65 euros a favor do MONAF respeitante à consignação fiscal de 0,5% do IRS liquidado em 2017 com base nas declarações anuais de rendimentos de todos os sujeitos passivos de IRS que, nos termos da Lei n.º 16/2001 de 22 de junho, nos escolheram como seu destinatário nessa anuidade.

Agradecemos aos doadores individuais, farmacêuticos e não farmacêuticos que, num gesto de solidariedade, contribuíram para os objetivos associativos do MONAF e lembramos que, tal como na anuidade transata os associados que entendam efetuar essa consignação fiscal a favor do MONAF o podem fazer na declaração de rendimentos relativos a 2019 - sendo que esta decisão não representa qualquer encargo para si e permite que 0,5% do imposto por si já liquidado e pago às Finanças, reverta a favor do MONAF.

Ainda nos termos da Portaria 298/2013 de 4 de outubro, o contribuinte pode continuar a optar por atribuir à mesma entidade o benefício da dedução à coleta do IRS de 15% do IVA suportado em serviços de manutenção e reparação de automóveis e motociclos, passes sociais, alojamento, restauração, salões de beleza e cabeleireiros, benefício que manteve o limite de 250 euros por agregado familiar na anuidade de 2019.

Das Contas

O Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da presente anuidade foram elaboradas de acordo com as exigências legais, normas e formas de apresentação definidas para as entidades do sector não lucrativo (nota 2.1 do Anexo) no qual se enquadra a Instituição.

Conforme registado nas demonstrações financeiras e no Anexo nos pontos respetivos, o EBITDA - Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos, foi positivo e da ordem dos 123.824,40 euros (o qual compara com os também positivos 157.605,99 euros da anuidade de 2018).

O MONAF registou um Resultado Líquido positivo e de 121.380,77 euros, uma redução de 22,5% (menos 35.251,97 euros) face ao resultado obtido na anuidade de 2018 passando os Fundos Patrimoniais a totalizar 368.880,77 euros. As Provisões Matemáticas totalizam 82.964.954,26 euros, um acréscimo de 4.356.473 euros, (+5,5%) face aos 78.608.481,26 euros que se encontravam registados na anuidade transata, refletindo a preocupação e importância atribuída ao sistemático reforço do nível de provisionamento das responsabilidades assumidas para com os nossos associados.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em face das perspetivas futuras e do desempenho do MONAF, a Administração propõe que o resultado líquido apurado em 2019 no valor positivo de 121.380,77 euros seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva Geral	6.069,04
- Resultados Transitados	115.311,73
Total	<u>121.380,77</u>

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Em resultado de um processo de contencioso referente a um empréstimo hipotecário no qual o MONAF é credor pelo valor de 90.000 euros, foi celebrado no dia 2 de janeiro de 2020 um contrato promessa de compra e venda de um imóvel, que determina que, no ato da assinatura da escritura agendada para o próximo 02 de março de 2020, seja emitido um cheque à ordem do MONAF, pelo valor suprarreferido, para quitação da dívida.

Desde a data de fecho do período e até à presente não ocorreram outros factos relevantes que, de qualquer forma, alterem a situação líquida apresentada.

EVOLUÇÃO PREVISTA DA ATIVIDADE

No ano de 2020 o Conselho de Administração continuará a desenvolver a política definida para o corrente mandato, que terminará neste mesmo ano, implementando todas as medidas consideradas adequadas e necessárias para garantir o crescimento da sua base de associados, focando-se no reforço e consolidação da atividade e da situação económica e financeira da Instituição.

A alteração substancial do Código das Associações Mutualistas efetivada em 2018 e o enquadramento do MONAF no regime transitório de 12 anos até plena supervisão por parte da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros, e de Fundos de Pensões, conduziu ao longo de 2019 a um conjunto de reuniões em sede de Comissão de Acompanhamento desta matéria na ASF e com todos os outros intervenientes no processo, nomeadamente, o Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, o Ministério das Finanças, a Direção Geral Segurança Social e a Associação Mutualista Montepio para análise e recolha de opiniões e emissão de Parecer sobre o "Anteprojecto de Norma Regulamentar sobre o reporte inicial das Associações Mutualistas" abrangidas.

Em paralelo foram junto da ASF efetuados os registos obrigatórios nos termos desta legislação da totalidade dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, técnicos e consultores, assim como foi detalhada e explicada a organização e o modelo de funcionamento da Instituição.

Esperamos que os modelos e formas de comunicação a reportar à nova entidade de supervisão, salvaguardem, conforme prescreve a lei, as especificidades resultantes da natureza jurídica das associações mutualistas, os fins prosseguidos, e o regime aplicável à sua constituição, às características da sua atividade e à autonomia dos seus associados.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

O MONAF não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras Entidades públicas, conforme divulgado no Anexo.

AGRADECIMENTOS

Uma merecida referência para os restantes membros dos Órgãos Sociais, Consultores e Auditores pela sua competência empenho e apoio permanente determinantes na obtenção dos objetivos delineados. Aos Colaboradores um agradecimento pela dedicação contínua em prol do desenvolvimento da Instituição.

Não pode deixar de ser destacado o continuado apoio prestado pela Associação Nacional das Farmácias pelo empenho colocado no desenvolvimento, consolidação e evolução do MONAF, a quem a Administração reitera o mais sincero agradecimento.

Também uma mensagem de apreço às Instituições Financeiras, Bancárias, Seguradoras e outros parceiros com os quais mantemos relações Institucionais e que nos têm honrado com a sua colaboração.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luís Miguel de Figueiredo Silvestre (Presidente)



Raquel Barreiros Faria Sampaio (Vice-Presidente)



Maria Margarida Nunes Maldonado Freitas (Vogal)



Fernando José Carneiro Saraiva Monteiro (Vogal)



Célia Sofia Gomes Salvado Boavida (Vogal)

Lisboa, 26 de fevereiro de 2020

Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

Demonstrações Financeiras

MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

BALANÇO

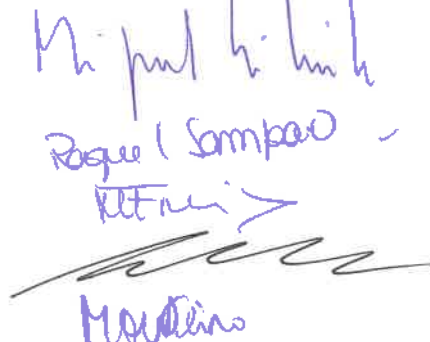
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2019	31/12/2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7 / 24	12 861,31	1 566,22
Activos Intangíveis	8 / 24	4 093,42	-
Investimentos financeiros	9	69 354 152,04	71 996 593,34
Associados	10	1 446 437,71	1 973 589,28
Activos não correntes detidos para venda	11	75 000,00	75 000,00
		<u>70 892 544,48</u>	<u>74 046 748,84</u>
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	12	257 186,46	-
Associados	10	313 960,05	276 450,98
Outros créditos a receber	13	189 996,13	600 394,22
Diferimentos	14	17 002,96	1 859,36
Caixa e depósitos bancários	15	11 783 403,77	9 049 559,65
		<u>12 561 549,37</u>	<u>9 928 264,21</u>
Total do Activo		<u>83 454 093,85</u>	<u>83 975 013,05</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	16	247 500,00	2 587 278,11
Reservas	16	-	2 359 118,39
Resultados transitados	16	-	30 709,90
Resultado líquido do período	16	121 380,77	156 632,74
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>368 880,77</u>	<u>5 133 739,14</u>
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões específicas	17	82 964 954,26	78 608 481,26
		<u>82 964 954,26</u>	<u>78 608 481,26</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	18	16 173,91	2 148,21
Estado e outros entes públicos	12	11 403,01	12 602,37
Associados	10	24 551,57	107 892,89
Outras dívidas a pagar	13	68 130,33	110 149,18
Diferimentos	14	-	-
		<u>120 258,82</u>	<u>232 792,65</u>
Total do Passivo		<u>83 085 213,08</u>	<u>78 841 273,91</u>
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		<u>83 454 093,85</u>	<u>83 975 013,05</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



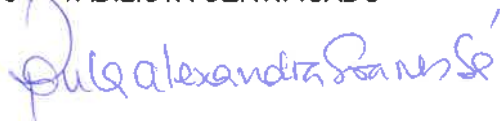
MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

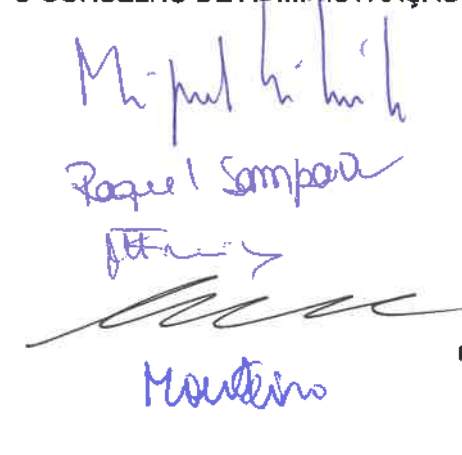
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Vendas e serviços prestados	19	5 853 693,02	5 715 143,25
Quotizações		5 640 975,53	5 502 781,00
Plano I		1 836 201,74	1 976 465,41
Plano II		6 979,53	6 598,65
Plano III		8 813,47	11 735,34
Plano V		1 808 212,54	1 674 123,61
Plano VI		1 980 768,25	1 833 695,63
Plano VII		-	162,36
Jóias		435,00	280,00
Receitas Administrativas e outras		212 282,49	212 082,25
Fornecimentos e serviços externos	20	(392 153,94)	(495 772,40)
Gastos com o pessoal	21	(337 365,99)	(353 118,72)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10 / 13	87 378,53	564 052,23
Provisões específicas (aumentos/reduções)	17	529 766,14	(977 529,45)
Outras imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	9	282 995,52	(4 140 055,62)
Outros rendimentos	22	3 358 644,77	8 253 909,45
Outros gastos	23	(9 259 133,65)	(8 409 022,75)
Plano I		(4 732 845,84)	(4 517 393,26)
Plano II		(25 881,72)	(25 848,97)
Plano III		(390,72)	(1 047,69)
Plano V		(1 526 001,50)	(1 734 054,72)
Plano VI		(2 420 169,76)	(2 047 854,97)
Plano VII		(2 140,19)	(650,00)
Outros		(551 703,92)	(82 173,14)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		123 824,40	157 605,99
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 / 8 / 24	(2 235,67)	(741,37)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		121 588,73	156 864,62
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos (EBT)		121 588,73	156 864,62
Imposto sobre o rendimento do período	12	(207,96)	(231,88)
Resultado líquido do período		121 380,77	156 632,74

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

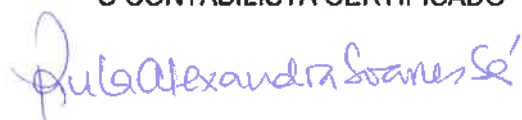


MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**

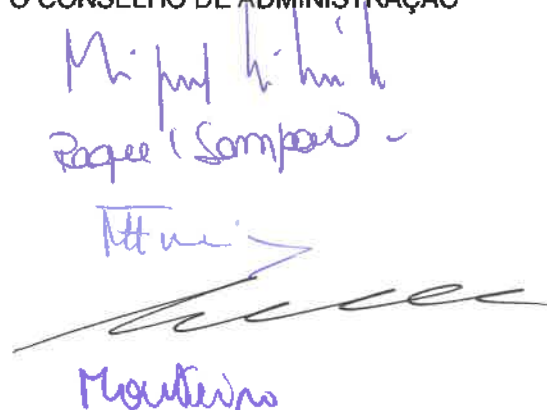
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Vendas e serviços prestados	19	5 853 528,18	5 715 054,81
Custo das vendas e dos serviços prestados	23	(8 707 429,73)	(8 326 849,61)
Resultado bruto		(2 853 901,55)	(2 611 794,80)
Outros rendimentos	22	841 243,31	1 541 215,84
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos	20/21/24	(731 755,60)	(849 632,49)
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos	23	(15 296,99)	(477 103,88)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2 759 710,83)	(2 397 315,33)
Gastos de financiamento (líquidos)	9/22	2 881 299,56	2 554 179,95
Resultados antes de impostos		121 588,73	156 864,62
Imposto sobre o rendimento do período	12	(207,96)	(231,88)
Resultado líquido do período		121 380,77	156 632,74

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

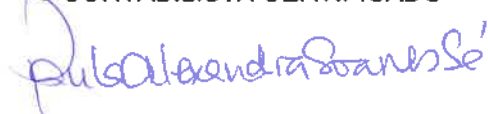
Rubricas		Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 01-01-2018	1	16	2 587 278,11	2 323 742,56	(641 430,97)	707 516,70	4 977 106,40	4 977 106,40
Alterações no período								
Aplicação de Resultados do exercício anterior			-	35 375,83	672 140,87	(707 516,70)	-	-
	2		-	35 375,83	672 140,87	(707 516,70)	-	-
Resultado líquido do período	3					156 632,74	156 632,74	156 632,74
Resultado integral	4=2+3					156 632,74	156 632,74	156 632,74
Operações com Instituidores no Período								
	5		-	-	-	-	-	-
Posição em 31-12-2018	6=1+2+3+5	16	2 587 278,11	2 359 118,39	30 709,90	156 632,74	5 133 739,14	5 133 739,14

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2019

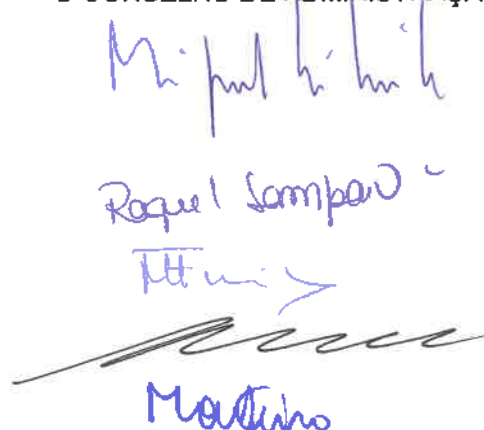
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas		Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 01-01-2019	6	16	2 587 278,11	2 359 118,39	30 709,90	156 632,74	5 133 739,14	5 133 739,14
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultados do exercício anterior			-	7 831,64	148 801,10	(156 632,74)	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(2 339 778,11)	(2 366 950,03)	(179 511,00)	-	(4 886 239,14)	(4 886 239,14)
	7		(2 339 778,11)	(2 359 118,39)	(30 709,90)	(156 632,74)	(4 886 239,14)	(4 886 239,14)
Resultado líquido do período	8					121 380,77	121 380,77	121 380,77
Resultado Integral	9=7+8					(4 764 858,37)	(4 764 858,37)	(4 764 858,37)
Operações com Instituidores no Período								
	10		-	-	-	-	-	-
Posição em 31-12-2019	11=6+7+8+10	16	247 500,00	-	0,00	121 380,77	368 880,77	368 880,77

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

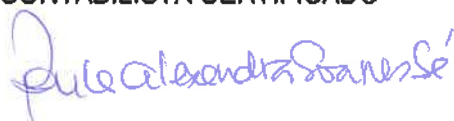


MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

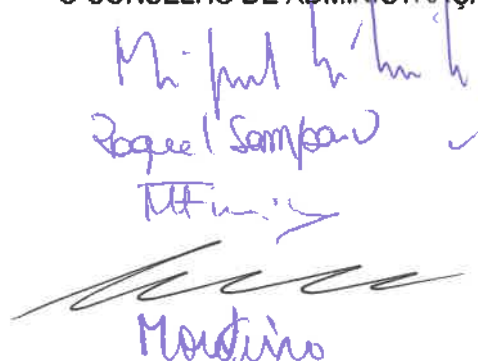
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de associados		5 211 349,05	4 614 390,21
Pagamentos de apoios		(6 891 620,51)	(6 029 314,81)
Pagamentos a fornecedores		(385 076,88)	(479 942,87)
Pagamentos ao pessoal		(199 233,55)	(204 706,53)
Caixa gerada pelas operações		(2 264 581,89)	(2 099 574,00)
Outros recebimentos/pagamentos		(655 281,58)	(912 173,06)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2 919 863,47)	(3 011 747,06)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(13 145,92)	(300,79)
Activos intangíveis		(4 605,10)	-
Investimentos financeiros		(99 198 994,23)	(111 306 695,46)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	49 545,93
Investimentos financeiros		100 867 349,45	101 904 570,08
Juros e rendimentos similares		3 995 693,39	6 090 087,18
Dividendos		7 410,00	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		5 653 707,59	(3 262 793,06)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Donativos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 733 844,12	(6 274 540,12)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	9 049 559,65	15 324 099,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	11 783 403,77	9 049 559,65

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Anexo

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

O Montepio Nacional da Farmácia, Associação de Socorros Mútuos, com sede na Rua Marechal Saldanha, n.º 1, em Lisboa, doravante designada por MONAF, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) constituída em 24 de julho de 1985, por escritura pública, folhas 2/6 do livro duzentos e sessenta e um do 1.º Cartório Notarial de Lisboa, publicação em extrato no Diário da República n.º 205, III série, de 6 de setembro de 1985 e n.º 99, III série, de 30 de abril de 1991, registada na Direção Geral da Segurança Social em 5 de maio de 1986 pela inscrição n.º 1/86, fls. 162 e 162 verso do Livro 1 das Associações de Socorros Mútuos.

É uma Instituição reconhecida de utilidade pública ao abrigo do disposto no artigo 26.º do Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/18, de 2 de agosto.

É através essencialmente da quotização dos seus associados que o MONAF prossegue os seus fins no interesse destes e suas famílias regendo-se pelos seus Estatutos e pela Lei.

Nota: Os Estatutos foram alterados em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de junho de 2019, nomeadamente, para garantir a conformidade com o novo Código das Associações Mutualistas (CAM) e continuam, nesta data, a aguardar a comunicação do seu registo efetivo por parte da Direção Geral da Segurança Social.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO ADOTADO

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o previsto no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e alterado pelo DL n.º 98/2015, de 2 de junho, passando desta forma a incorporar as disposições relativas às entidades do setor não lucrativo (ESNL) e às microentidades, até hoje constantes do DL 36A/2011, de 9 de março.

O SNC-ESNL é igualmente regulado pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos de demonstrações financeiras, pela Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que aprova o código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo, pelo Aviso n.º 8259/2015, de 16 de julho, que publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo, e pelas normas interpretativas.



2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPETIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE.

Não existem disposições do SNC-ESNL que tenham sido derogadas, pelo que as demonstrações financeiras dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados do MONAF.

2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Os valores constantes das Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2018.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo MONAF na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO





As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. CONTINUIDADE

O MONAF avaliou, de acordo com a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, a capacidade de prosseguir com o seu negócio tendo concluído pela sua continuidade.

3.1.2. REGIME DE ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

 
Pág. 17
 
Monteiro

3.1.3. CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4. MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras.

3.1.5. COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NC-ESNL. Assim, o crédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos e abatimentos concedidos.

Os rendimentos e gastos provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida. Estes rendimentos e gastos são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação é comparável com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NC-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação entre períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de apoio aos associados.

De acordo com o permitido pela rubrica 4.15 do Aviso 8259/2015 algumas rubricas da Demonstração de Resultados por natureza foram desagregadas, por forma a evidenciar as Modalidades de Benefícios existentes, proporcionando desta forma informação relevante para uma melhor compreensão do desempenho financeiro da empresa. Foram adequados os comparativos por forma a assegurar a comparabilidade.



3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação/abate e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas.

3.2.2. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações são calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas.

3.2.3. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

4

9

Pág. 19

fat. RS

Monteiro

3.2.4. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços ou garantia de benefícios aos associados decorrentes da atividade normal do MONAF. O rédito é reconhecido líquido de eventuais abatimentos e descontos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos (e outros rendimentos similares) são reconhecidos como outros rendimentos e gastos líquidos quando existe o direito de os receber.

3.2.5. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões apenas quando o MONAF tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

3.2.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o MONAF se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo de aquisição ou ao justo valor.

Nas situações em que o valor escriturado é superior ao valor recuperável, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Associados e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contrato para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Dinheiro;
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:



- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos; e
- Outros passivos financeiros.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.2.7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTO DO SELO

O MONAF, de acordo com o artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) encontra-se isento em sede de IRC em todas as categorias de rendimentos, mediante despacho publicado no Diário da República, III Série, n.º 32, de 7 de fevereiro de 1990.

Encontra-se ainda isento de Imposto do Selo por despacho publicado no Diário da República, I Série n.º 7, de 9 de janeiro de 1985, e pela alínea d) do artigo 6.º do Código do Imposto do Selo (CIS).

3.3. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

4.1. APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DA NC-ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NC-ESNL.

4.2. ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS

Não se praticaram alterações de políticas contabilísticas no decorrer do exercício de 2019.

4.3. ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4. ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não foram identificados ou corrigidos erros materiais referentes a exercícios anteriores.

5. FLUXOS DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem líquidos de descobertos bancários e depósitos a prazo.

O MONAF utilizou o método direto a partir dos registos contabilísticos. Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa em Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento.

As Atividades Operacionais englobam, essencialmente, o recebimento das quotizações dos planos de benefícios subscritos pelos associados, jotas de admissão, bem como juros e amortizações de capital referentes aos empréstimos concedidos pelo MONAF aos seus associados, em contrapartida com o pagamento aos associados dos planos e rendas vencidas, concessão de empréstimos bem como pagamentos a fornecedores e pessoal.

As Atividades de Investimento revelam as entradas e saídas dos montantes aplicados e recebidos pelos investimentos efetuados. As Atividades de Financiamento incluem os financiamentos obtidos em contrapartida com juros e despesas relacionadas.

6. REMUNERAÇÕES DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

Os membros da Administração e do Conselho Fiscal não são remunerados.



7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Activo bruto								
	Saldo em 01-01-2018	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2018	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2019
Equipamento administrativo	58 576,85	1 267,98	-	-	59 844,83	13 019,08	(27 866,75)	-	44 997,16
Outros ativos fixos tangíveis	1 654,51	-	-	-	1 654,51	-	-	-	1 654,51
	60 231,36	1 267,98	-	-	61 499,34	13 019,08	(27 866,75)	-	46 651,67
	Depreciações acumuladas								
	Saldo em 01-01-2018	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2018	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2019
Equipamento administrativo	57 537,25	741,36	-	-	58 278,61	1 723,99	(27 866,75)	-	32 135,85
Outros ativos fixos tangíveis	1 654,51	-	-	-	1 654,51	-	-	-	1 654,51
	59 191,76	741,36	-	-	59 933,12	1 723,99	(27 866,75)	-	33 790,36
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Activos tangíveis								
	Saldo em 01-01-2018	Variações			Saldo em 31-12-2018	Variações			Saldo em 31-12-2019
		Activo bruto	Depreciações acumuladas	Imparidades		Activo bruto	Depreciações acumuladas	Imparidades	
Equipamento administrativo	1 039,60	1 267,98	(741,36)	-	1 566,22	(14 847,67)	26 142,76	-	12 861,31
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1 039,60	1 267,98	(741,36)	-	1 566,22	(14 847,67)	26 142,76	-	12 861,31

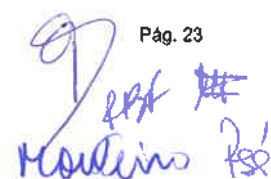
No presente exercício foi adquirido equipamento administrativo, no valor de 13.019,08 euros.

Os ativos fixos tangíveis apresentam um valor líquido de depreciações acumuladas de 12.861,31 euros.

8. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

46

Pág. 23

 Monteiro

Activo bruto									
	Saldo em 01-01-2018	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2018	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2019
Programas de computador	41 449,10	-	-	-	41 449,10	4 605,10	-	-	46 054,20
	41 449,10	-	-	-	41 449,10	4 605,10	-	-	46 054,20
Amortizações acumuladas									
	Saldo em 01-01-2018	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2018	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2019
Programas de computador	41 449,10	-	-	-	41 449,10	511,68	-	-	41 960,78
	41 449,10	-	-	-	41 449,10	511,68	-	-	41 960,78
Activos intangíveis									
	Saldo em 01-01-2018	Variações			Saldo em 31-12-2018	Variações			Saldo em 31-12-2019
		Activo bruto	Amortizações acumuladas	Imparidades		Activo bruto	Amortizações acumuladas	Imparidades	
Programas de computador	-	-	-	-	-	4 093,42	-	-	4 093,42
	-	-	-	-	-	4 093,42	-	-	4 093,42

No presente exercício foi adquirido equipamento administrativo, no valor de 4.605,10 euros.

Os ativos fixos intangíveis apresentam um valor líquido de depreciações acumuladas de 4.093,42 euros.

9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos investimentos financeiros foram os seguintes:

		31/12/2019							
	Mensuração	31-12-2018	Aumentos	Reduções	Regularizações	Valor aquisição	Justo valor	Imparidades acumuladas	Valor líquido
Participações de capital	MEP	13 828 239,58	-	{13 828 239,58}	-	{1 400 738,58}	1 400 738,58	-	-
Participações de capital	Custo aquisição	-	1 100 000,00	-	-	1 100 000,00	-	-	1 100 000,00
Ações	Justo valor	610 976,89	-	{58 535,58}	-	542 019,55	25 551,65	-	567 571,20
Ações	Custo aquisição	303 125,00	-	-	-	303 125,00	-	{303 125,00}	-
Obrigações	Custo aquisição ou Justo valor	14 754 657,93	12 330 024,00	{6 500 000,00}	{5 386,60}	20 573 033,25	{3 529,51}	-	20 569 503,74
Carteiras gestão externa	Justo valor	19 272 656,32	8 036 000,00	{4 569 697,39}	-	23 194 403,75	2 169 091,34	-	25 363 495,09
Fundos de investimento	Justo valor	4 709 674,60	764 239,45	{1 867 408,71}	-	2 380 760,44	{424 636,64}	-	1 956 123,80
Fundos private equity	Justo valor	13 194 368,09	2 468 118,30	{197 515,02}	-	13 188 497,20	997 162,90	-	14 185 660,10
Fundos imobiliários	Justo valor	2 030 784,45	2 499 956,58	{3 667 156,69}	-	2 499 956,58	1 020,89	-	2 500 977,47
Outros Investimentos	Justo valor	1 881 597,98	6 463,12	{507 750,00}	16 792,43	1 397 131,71	51,43	-	1 397 183,14
Coleções	Custo aquisição	3 001 637,50	-	-	-	3 001 637,50	-	{1 288 000,00}	1 713 637,50
		73 587 718,34	27 204 801,45	{31 196 302,97}	11 405,83	66 779 826,40	4 165 450,64	{1 591 125,00}	69 354 152,04

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
 Bê
 Monteiro

		31/12/2018			
	Mensuração	Valor aquisição	Justo valor	Imparidades acumuladas	Valor líquido
Participações de capital	MEP	12 427 501,00	1 400 738,58	-	13 828 239,58
Participações de capital	Custo aquisição	-	-	-	-
Ações	Justo valor	600 555,13	10 421,76	-	610 976,89
Ações	Custo aquisição	303 125,00	-	(303 125,00)	-
Obrigações	Custo aquisição ou Justo valor	14 748 395,85	6 262,08	-	14 754 657,93
Carteiras gestão externa	Justo valor	19 728 101,14	(455 444,82)	-	19 272 656,32
Fundos de investimento	Justo valor	3 483 929,70	1 225 744,90	-	4 709 674,60
Fundos private equity	Justo valor	10 917 893,92	2 276 474,17	-	13 194 368,09
Fundos imobiliários	Justo valor	3 667 156,69	(1 636 372,24)	-	2 030 784,45
Outros Investimentos	Justo valor	1 881 626,16	(28,18)	-	1 881 597,98
Colecções	Custo aquisição	3 001 637,50	-	(1 288 000,00)	1 713 637,50
		70 759 922,09	2 827 796,25	(1 591 125,00)	71 996 593,34

Destacamos relativamente à anuidade de 2019 as seguintes variações:

Ações

Efetivou-se a venda da participação na sociedade POENTESCALA (50.000,00 euros) tendo sido restituídas as prestações acessórias efetuadas no âmbito da aquisição (12.377.501,00 euros) e anulado o efeito da equivalência patrimonial reconhecido a 31/12/2018 (1.400.738,58 euros). Esta operação traduziu-se numa diminuição dos investimentos financeiros por esta via em 13.828.239,58 euros.

O reforço do investimento em 1.100.000,00 de euros em Participações de Capital compreende:

- (i) Aquisição à Huron Investments, SARL de 11,1% do capital da sociedade INVESTAC, SA, no valor de 5.556,00 euros e empréstimo à INVESTAC, SA, no valor de 494.444,44€, para que esta efetue suprimentos à INVEST CO.

Este investimento apesar de, formalmente, revestir a forma de uma compra de uma sociedade traduz-se, na sua substância, num investimento num projeto estritamente de cariz imobiliário.

É por um lado uma decisão tomada em resultado da diminuição da exposição que o MONAF vem tendo em Fundos Imobiliários como resultado do fim da vida útil e expectável desses fundos, conforme será analisado no ponto respetivo, e por outro, uma oportunidade de rentabilização de liquidez existente através de investimentos em imobiliário, garantindo-se diversificação e perda de correlação com outros tipos de ativos financeiros.

- (ii) Acordo de subscrição com a Globecore I, SA de:

- Aquisição de 3.000,00 euros representativos de 5% do capital da sociedade;
- Realização de Prestações Acessórias, no valor de 597.000,00 euros.

Trata-se de um co-investimento efetuado em parceria com um Fundo em que o MONAF participa, o Crest I, FCR, potenciando, através de um projeto de natureza industrial, a rentabilidade que se pretende obter, por via indireta, através dos resultados do Fundo que detêm a maioria do capital desta sociedade.

Obrigações

Reforço da carteira de Obrigações através de aquisições de emissões privadas e subscrições reservadas a investidores institucionais no montante total de 12.330.024 euros. Em sentido inverso registaram-se reembolsos de emissões que atingiram a sua maturidade e reembolsos parciais antecipados no montante de 6.500.000 euros, pelo que termos líquidos o reforço da carteira consubstanciou-se em 5.830.024 euros, representando nesta data um valor total de 20.569.503,74 euros.

Carteiras em Gestão Externa

As carteiras em gestão através de sociedades gestoras de patrimónios, nacionais e internacionais, encontram-se maioritariamente direcionadas para carteiras de fundos de investimento com um perfil definido como mais conservador e equilibrado. Nesta anuidade reforçou-se o perfil acionista por esta via de gestão, permitindo assim, mantendo a diversificação, obter melhores níveis de rentabilidade.

Fundos de Investimento

A variação nos Fundos de Investimento decorre essencialmente das distribuições efetuadas pelo Fundo Novenergia II, no âmbito do início da liquidação do mesmo, por 1.867.408,71 euros e o reforço do investimento no Fundo TIIC2, no valor de 560.500,00 euros.

Fundos Private Equity

Apresentam o seguinte detalhe:

	Expl. II	Expl. III	Expl. IV	Core Restart	Crest I	OxyCapital	Indico VC	Horizon	Total
VA	4 060 513,50	5 861 318,29	318 604,65	805 000,00	1 299 738,27	95 368,63	184 767,05	563 186,81	13 188 497,20
JV Acum. (2 082 202,34)		3 293 188,01	(179 452,00)	(20 000,00)	(58 037,50)	17 074,03	53 740,00	(27 147,30)	997 162,90
VL	1 978 311,16	9 154 506,30	139 152,65	785 000,00	1 241 700,77	112 442,66	238 507,05	536 039,51	14 185 660,10

Destacamos o reforço do investimento nos fundos Core Restart, 608.571,43 euros e Crest Capital Partners I, 843.505,33 euros.

Fundos Imobiliários

Verificaram-se reembolsos de dois Fundos Imobiliários Fechados (limitados a investidores institucionais) no total de 3.667.156,69 euros em resultado dos processos de alienação dos imóveis dado que os Fundos se encontravam em fase final de liquidação. Reforçou-se a exposição a este grupo de ativos investindo em dois novos fundos de Investimento abertos: o Corum XL com 2.000.00,00 euros e o CA Património Crescente com 499.956,58 euros.

Ao nível dos resultados, o impacto das variações de justo valor foi o seguinte:

	2019	2018
Ganhos por aumentos de justo valor		
Acções	42 865,28	-
obrigações	42 368,08	8 325,40
Carteiras gestão externa	3 099 642,45	488 009,59
Fundos de investimento	766 773,89	6 300 814,09
	3 951 649,70	6 797 149,08
Perdas por reduções de justo valor		
Acções	(14 390,08)	(12 181,16)
Obrigações	(52 159,67)	(2 063,32)
Carteiras gestão externa	(438 564,23)	(4 436 552,12)
Fundos de investimento	(3 163 570,53)	(6 486 383,46)
Outros	30,33	(24,64)
	(3 668 654,18)	(10 937 204,70)
	282 995,52	(4 140 055,62)
Por tipo de activo		
Acções	28 475,20	(12 181,16)
Obrigações	(9 791,59)	6 262,08
Carteiras gestão externa	2 661 078,22	(3 948 542,53)
Fundos de Investimento	(2 396 796,64)	(185 569,37)
Outros	30,33	(24,64)
	282 995,52	(4 140 055,62)

No exercício de 2019 o MONAF registou uma variação líquida positiva de justo valor de 282.955,52 euros, com particular impacto positivo nas carteiras em gestão externa (+2.661.078,22 euros),

Em sentido contrário registou-se uma variação negativa do justo valor dos fundos de Investimento Private Equity, nomeadamente:

(i) Explorer III, 1.132.001,81 euros

(ii) TIIC – Transport Infrastructure Investment Company, 489.921,41 euros. e

(iii) Fundos de investimento imobiliário, 576.430,92 euros.

Refira-se, no entanto, que parte dos ajustamentos do justo valor que foram registados nestes Fundos são consequência de os mesmos terem distribuído rendimentos ao longo da anuidade (conforme adiante se analisará na nota 22. Outros rendimentos) e, portanto, nas suas contas de Balanço refletirem a redução daqueles valores com a inerente redução do valor das unidades de participação.

10. ASSOCIADOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos saldos devedores dos associados em 31/12/2019:

2019					
	Quantia nominal	Imparidade	Valor líquido	Corrente	Não corrente
Jóias	15,00	-	15,00	15,00	-
Quotas:					
Plano I a V	92 899,89	-	92 899,89	92 899,89	-
Plano VI	700,00	-	700,00	700,00	-
Plano VII	-	-	-	-	-
Empréstimos	1 575 157,67	128 719,96	1 446 437,71	-	1 446 437,71
Cobranças	-	-	201 439,07	201 439,07	-
Rendas vitalícias:					
Plano I e VI	-	-	18 906,09	18 906,09	-
	1 668 772,56	128 719,96	1 760 397,76	313 960,05	1 446 437,71

Apresentamos de seguida a decomposição dos saldos devedores dos associados em 31/12/2018:

2018					
	Quantia nominal	Imparidade	Valor líquido	Corrente	Não corrente
Jóias	-	-	-	-	-
Quotas:					
Plano I a V	96 774,47	-	96 774,47	96 774,47	-
Plano VI	4 900,00	-	4 900,00	4 900,00	-
Plano VII	-	-	-	-	-
Empréstimos	2 190 311,81	216 722,53	1 973 589,28	-	1 973 589,28
Cobranças	174 427,17	-	174 427,17	174 427,17	-
Rendas vitalícias:					
Plano I	349,34	-	349,34	349,34	-
	2 466 762,79	216 722,53	2 250 040,26	276 450,98	1 973 589,28

Quotas

O valor por receber dos associados relativo a quotas em dívida totalizava 313.960,05 euros, dos quais 93.599,89 euros dizem respeito a quotizações de dezembro de 2019 a cobrar via Banco aos quais acrescem 201.439,07 euros, correspondentes às restantes quotizações em cobrança que não se processam por aquele meio de pagamento.

Empréstimos

A 31 de dezembro de 2019 o número total de associados com empréstimos junto do MONAF totalizava 91 (menos 29 que no período homólogo). O total em dívida ascendia a 1.575.157,67 euros, representando uma redução de 615.154,14 euros (cerca de -28,1%).

	2019	2018
Hipotecários		
N.º empréstimos	9	15
Capital em dívida	674 408,43	999 836,89
Valor médio por associado	74 934,27	66 655,79
Sobre provisões matemáticas		
N.º empréstimos	82	105
Capital em dívida	900 749,24	1 190 474,92
Valor médio por associado	10 984,75	11 337,86
Totais		
N.º empréstimos	91	120
Capital em dívida	1 575 157,67	2 190 311,81
Valor médio por associado	17 309,42	18 252,60

Apresentamos de seguida a variação ocorrida nas perdas por imparidade acumuladas em 31/12/2019 e 31/12/2018:

As perdas de imparidade acumuladas respeitam às dívidas não correntes dos associados nos empréstimos hipotecários.

	Saldo em 01-01-2018	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2018	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2019
Imparidades dívidas a receber	766 099,73	-	(549 377,20)	216 722,53	-	(88 002,57)	128 719,96
Imparidades outras dívidas a receber	15 837,12	-	(14 675,03)	1 162,09	624,04	-	1 786,13
	781 936,85	-	(564 052,23)	217 884,62	624,04	(88 002,57)	130 506,09
Valor líquido do período			(564 052,23)			(87 378,53)	

Registaram-se reversões de imparidades de dívidas de associados, no valor de 88.002,57 euros, sendo as mesmas respeitantes a:

Empréstimo	Perdas Imparidade Acumuladas 31.12.2018	Reversões dívidas a receber	Perdas Imparidade Acumuladas 31.12.2019
HF/07//99	33 205,99	(33 205,99)	-
HF/10/99	3 352,97	(3 352,97)	-
HF/05/07	27 052,49	(2 391,51)	24 660,98
HF/01/10	68 598,12	-	68 598,12
HF/07/03	39 459,11	(3 998,25)	35 460,86
HF/02/16	45 053,85	(45 053,85)	-
Total acumulado	216 722,53	(88 002,57)	128 719,96

O MONAF continuará, na defesa dos interesses da Instituição, a recorrer aos mecanismos legais para regularização dos planos de pagamento dos mútuos em incumprimento e recuperação dos montantes em causa.

Cobranças

O valor corresponde às quotizações dos planos de benefícios que se encontravam em cobrança a 31 de dezembro de 2019 tendo os mesmos sido recebidos no decorrer do mês de janeiro de 2020.

No que respeita aos saldos credores, apresentamos de seguida o detalhe a 31/12/2019, e 31/12/2018:

Ob
B2
Monteiro

	2019			2018		
	Valor	Corrente	Não corrente	Valor	Corrente	Não corrente
Quotas:						
Plano I a V	265,31	265,31	-	147,50	147,50	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Cobranças	-	-	-	-	-	-
Capitais vencidos:						
Plano V	-	-	-	-	-	-
Plano VI	-	-	-	-	-	-
Rendas vitalícias:						
Plano V e VI	6 188,62	6 188,62	-	94 496,52	94 496,52	-
Plano I e VII	18 097,64	18 097,64	-	13 248,87	13 248,87	-
	24 551,57	24 551,57	-	107 892,89	107 892,89	-

Com referência a 31 de dezembro de 2019 estes saldos respeitavam:

- (i) aos capitais devidos nos planos de benefícios e rendas vitalícias que nesta data se encontravam pendentes de decisão por parte dos associados, 24.286,26 euros e
- (ii) a quotizações antecipadamente liquidadas pelos associados e respeitantes a exercícios futuros, 265,31 euros.

11. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Durante os períodos findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 não se registaram alterações na quantia escriturada dos ativos não correntes detidos para venda com a seguinte descrição:

	Ativo bruto				Saldo em 31-12-2019
	Saldo em 31-12-2018	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	
Imóveis:					
Urb.Quinta Viana, Godim	95 665,00	-	-	-	95 665,00
	95 665,00	-	-	-	95 665,00
	Imparidades				Saldo em 31-12-2019
	Saldo em 31-12-2018	Aumentos	Reversões	Outras alterações	
Imóveis:					
Urb.Quinta Viana, Godim	(20 665,00)	-	-	-	(20 665,00)
	(20 665,00)	-	-	-	(20 665,00)
	Ativos não correntes detidos para venda				Saldo em 31-12-2019
	Saldo em 31-12-2018	Ativo bruto	Variações Amortizações acumuladas	Imparidades	
Imóveis:					
Urb.Quinta Viana, Godim	75 000,00	-	-	-	75 000,00
	75 000,00	-	-	-	75 000,00

O imóvel encontra-se registado como ativo não corrente detido para venda, pois o MONAF pretende que o processo de venda seja tão célere quanto possível sem, no entanto, deixar de salvaguardar um ganho efetivo na sua alienação.

Mantém-se em vigor o contrato de mediação celebrado com uma imobiliária para agilização da venda deste imóvel.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Apresentamos de seguida a decomposição da conta Estado e outros entes públicos em 31/12/2019 e 31/12/2018:

	2019	2018
Imposto a recuperar	257 186,46	-
Saldos devedores	257 186,46	-
IRC - A pagar	-	231,88
IRS - Retenção de imposto sobre o rendimento	5 679,19	6 500,06
Restantes impostos	415,57	562,32
Contribuições para a Segurança Social	5 289,05	5 288,91
FCT e FGCT	19,20	19,20
Saldos credores	11 403,01	12 602,37

O saldo da rubrica IRC a recuperar compreende a estimativa de imposto de 2019, no valor de 207,96 euros e imposto a recuperar (ao abrigo do Decreto Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro) relativo a IRC suportado por um Fundo de Investimento Imobiliário por conta do MONAF, no valor de 257.394,42 euros.

Os saldos credores respeitam a valores retidos ou processados sobre rendimentos referentes ao mês de dezembro de 2019 e regularizados junto das respetivas entidades em janeiro de 2020.

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Apresentamos de seguida a decomposição dos Outros créditos a receber em 31/12/2019 e 31/12/2018:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-
Pessoal	1 625,00	-	1 625,00	2 993,00	-	2 993,00
Accionistas/Sócios	-	-	-	-	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Juros a receber	155 328,33	-	155 328,33	79 719,91	-	79 719,91
Juros sobre suprimentos AC27	6 537,65	-	6 537,65	-	-	-
Juros sobre opção de compra sociedade	-	-	-	486 885,62	-	486 885,62
Outros devedores	26 505,15	-	26 505,15	30 795,69	-	30 795,69
	189 996,13	-	189 996,13	600 394,22	-	600 394,22

O saldo da conta Juros a receber, 155.328,33 euros, compreende a especialização dos juros que se vencem em 2020 relativos a:

- (i) empréstimos concedidos, 14.803,82 euros;
- (ii) depósitos a prazo, 578,55 euros;
- (iii) obrigações, 133.018,20 euros e
- (iv) outros investimentos de rendimento fixo, 6.927,76 euros.

Os outros saldos devedores respeitam essencialmente a:

- (i) Imóvel Almirante Gago Coutinho – Imóvel já alienado pelo MONAF mas que se encontra ainda pendente do recebimento de 12.454,07 euros valor a ser pago após o registo do cancelamento

das penhoras que impendem sobre o imóvel, ainda referentes à anterior proprietária e que se encontram na sua fase final de extinção.

- (ii) CAAJ - Comissão Acompanhamento Auxiliares de Justiça - ação interposta junto desta entidade para recuperar o valor de 15.837,12 euros em resultado de um processo de penhora, mas cujos valores, depois de cobrados, não foram entregues ao MONAF pela Agente de Execução responsável pelo processo.


Em novembro de 2019 foi reconhecido pelo Fundo de Garantia dos Agentes de Execução o valor a receber em 14.050,99 euros. A imparidade correspondente foi reajustada sendo, com referência a 31/12/2019, de 1.786,13 euros (conforme nota 10 deste relatório).

Apresentamos de seguida a decomposição das Outras Dívidas a pagar em 31/12/2019 e 31/12/2018:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Pessoal	-	-	-	152,60	-	152,60
Fornecedores de investimentos	402,36	-	402,36	529,20	-	529,20
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a pagar ao pessoal	38 842,38	-	38 842,38	38 842,38	-	38 842,38
Trabalhos especializados	-	-	-	45 556,72	-	45 556,72
Seguros a liquidar	1 728,58	-	1 728,58	3 554,38	-	3 554,38
Juros a liquidar	-	-	-	-	-	-
Outros	23 861,41	-	23 861,41	20 052,38	-	20 052,38
Outros credores	3 295,60	-	3 295,60	1 461,52	-	1 461,52
	68 130,33	-	68 130,33	110 149,18	-	110 149,18

As remunerações a pagar ao pessoal compreendem os valores referentes a Férias e Subsídio de Férias de 2019 a pagar aos colaboradores em 2020.

O saldo identificado como "Outros", no valor de 23.861,41 euros, respeita: (i) à especialização de serviços de consultoria externa referente ao 4.º trimestre de 2019, no valor de 21.235,04 euros e (ii) à especialização de gastos referentes ao exercício de 2019 cujo recebimento das respetivas faturas de 2.626,37 euros só irá ocorrer em 2020.

Assinatura:

 P. Monteiro

14. DIFERIMENTOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos diferimentos em 31/12/2019 e 31/12/2018:

	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	15 570,72	897,54
Outros	1 432,24	961,82
	17 002,96	1 859,36

A variação do saldo da rubrica Seguros decorre essencialmente do facto do recibo referente ao seguro de Saúde de Grupo dos colaboradores (14.700,05 euros), relativo ao exercício de 2020, ter sido emitido em dezembro de 2019.

Os valores registados como Outros diferimentos ativos referem-se a faturas de fornecedores recebidas em 2019 mas referentes ao exercício de 2020.

15. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A conta de Caixa e Depósitos Bancários em 31/12/2019 e 31/12/2018 detalha-se conforme se segue:

	2019	2018
Caixa	345,00	345,00
Depósitos à ordem	288 058,77	2 249 214,65
Depósitos a prazo	11 495 000,00	6 800 000,00
	11 783 403,77	9 049 559,65

O valor registado como depósitos a prazo respeita a cinco depósitos constituídos por aplicação da liquidez existente.

16. FUNDOS PATRIMONIAIS

Apresentamos de seguida a decomposição dos fundos patrimoniais em 31/12/2019 e 31/12/2018:

	2019	2018
Fundos	247 500,00	2 587 278,11
Reservas	-	2 359 118,39
Resultados transitados	-	30 709,90
Subtotal	247 500,00	4 977 106,40
Resultado líquido do período	121 380,77	156 632,74
Total	368 880,77	5 133 739,14

Conforme deliberado em Assembleia Geral de 27 de março de 2019 que aprovou as contas referentes ao Exercício de 2018 o MONAF registou a seguinte aplicação do resultado líquido de 2018, positivo em 156.632,74 euros:

- (i) Reserva Geral, 7.831,64 euros e
- (ii) Resultados Transitados, 148.801,10 euros.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2019 aprovou a proposta de reforço das Provisões Matemáticas por transferência de 4.886.239,14 euros dos 5.133.739,14 euros que compunham a totalidade dos Fundos Patrimoniais àquela data, mantendo-se o valor remanescente de 247.500,00 euros afeto ao Fundo Social.

Em 2020 os Fundos Patrimoniais irão registar um ajustamento positivo correspondente à aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2019, positivo em 121.380,77 euros, da seguinte forma:

Proposta de aplicação de resultados

- Reserva Geral	6.069,04
- Resultados transitados	115.311,73
Total	121.380,77

[Handwritten signatures and initials]
 PAF
 Moutinho

17. PROVISÕES ESPECÍFICAS

Conforme vem sendo, anualmente, referenciado nos Relatórios e Contas da Instituição na Assembleia Geral de março de 2012 foi aprovado um Programa de Equilíbrio Técnico e Financeiro de Médio e Longo Prazo, tendo sido deliberado reduzir as provisões calculadas actuarialmente para garantir o equilíbrio técnico e financeiro do MONAF.

Como consequência desta decisão todos os benefícios que os associados tinham contratados, quer em pagamento, quer em formação, nessa mesma data, foram reduzidos em 23%. Por decisão da Direção (atualmente Conselho de Administração), conforme deliberação e poder que lhe foi concedida e ficou expresso na ata dessa Assembleia Geral, a redução das provisões matemáticas não teve o respetivo impacto nos benefícios em pagamento, dado que o racional e lógica subjacente à implementação desse Programa assentava na fundada expectativa de recuperação dos ativos de cobertura das responsabilidades assumidas perante os associados, com base no desenvolvimento e nos resultados futuros da Instituição.

Conforme mencionado no ponto anterior deste Relatório, em junho de 2019, as Provisões Matemáticas foram reforçadas por transferência de parte dos Fundos Patrimoniais acumulados ao longo da atividade da instituição e existentes àquela data (ver ponto 16) e chegados assim a 31.12.2019, pelo oitavo ano consecutivo, ficou evidenciado ter sido possível, uma vez mais, ir ao encontro do objetivo delineado e melhorar o grau de cobertura da totalidade das provisões matemáticas dos associados, calculadas actuarialmente, face ao ano anterior, tendo essa cobertura em percentagem dos ativos existentes passado, em termos globais, de 81% para 86,01%, traduzindo um reforço de 4.356.473,00 euros face ao valor registado em 31.12.2018.

É o que pode ser verificado no Relatório Atuarial anual referente às responsabilidades com Planos de Benefícios e no Balanço Técnico Atuarial referente ao exercício de 2019, ambos elaborados por técnica atuarial certificada, independente e externa à Instituição.



Pág. 37

Monteim

A evolução das provisões específicas nos períodos findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 é detalhada conforme se segue:

	Saldo em 01-01-2018	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2018	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2019
Provisões matemáticas	77 630 951,81	2 799 426,91	(1 821 897,46)	78 608 481,26	6 285 264,30	(1 928 791,30)	82 964 954,26
	<u>77 630 951,81</u>	<u>2 799 426,91</u>	<u>(1 821 897,46)</u>	<u>78 608 481,26</u>	<u>6 285 264,30</u>	<u>(1 928 791,30)</u>	<u>82 964 954,26</u>
Valor líquido do período			<u>977 529,45</u>			<u>4 356 473,00</u>	

As provisões matemáticas apresentam-se distribuídas da seguinte forma:

	2019	2018
Plano I – Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Invalidez	19 189 923,74	17 734 880,94
Plano II – Pensão ao cônjuge sobrevivente de Associado falecido	94 210,49	93 379,33
Plano III – Pensão aos filhos de Associado falecido	8 290,93	10 393,70
Total da Provisão para Planos de Previdência	19 292 425,16	17 838 653,97
Plano V – Capitais de Previdência com Valor de Resgate	4 368 553,89	3 793 840,25
Plano VI – Capitais a Quota Única Reembolsáveis por Morte	15 201 045,51	14 031 850,90
Plano VII – MONAF Jovem	7 626,80	20 839,72
Total da Provisão para Planos de Capitalização	19 577 226,20	17 846 530,87
Plano I – Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Invalidez	43 920 007,55	42 760 205,69
Plano II – Pensão ao cônjuge sobrevivente de Associado falecido	157 916,89	157 916,89
Total da Provisão para Rendimentos Vitalícios em Pagamento	44 077 924,44	42 918 122,58
Plano III – Pensão aos Filhos de Associado falecido	-	573,80
Plano VII – MONAF Jovem	17 378,47	4 600,04
Total da Provisão para Rendimentos Temporários em Pagamento	17 378,47	5 173,84
Total	82 964 954,26	78 608 481,26

E a sua variação por planos de benefícios apresenta o seguinte desdobramento:

Handwritten signatures and initials:
 [Signature] [Initials]
 [Signature] [Initials]
 [Signature] [Initials]
 [Signature] [Initials]

	PLANOS DE BENEFÍCIOS						TOTAL
	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII	
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1 973 630,12	7 362,73	9 237,68	1 849 319,71	2 013 977,95	0,00	5 853 528,18
Quotizações e Jóias	1 836 348,41	6 980,08	8 814,16	1 808 349,97	1 980 917,92	0,00	5 641 410,53
Serviços Secundários	137 281,71	382,65	423,52	40 969,74	33 060,03	0,00	212 117,65
PRESTAÇÕES ASSOCIADAS DAS MUTUALIDADES	-4 732 845,84	-25 881,72	-390,72	-1 526 001,50	-2 420 169,76	-2 140,19	-8 707 429,73
RESULTADO BRUTO	-2 759 215,72	-18 518,99	8 846,96	323 318,21	-406 191,81	-2 140,19	-2 853 901,55
OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	166 558,96	-439,36	3 168,12	-5 984,42	677 505,52	434,49	841 243,31
Variação Provisão Específica do Sector	61 538,42	-831,16	2 676,57	-104 390,17	570 337,99	434,49	529 786,14
Financiamentos concedidos - Juros	64 539,89	240,77	302,08	60 474,80	65 859,31	0,00	191 416,85
Financiamentos concedidos - Imparidade	29 461,36	109,91	137,90	27 605,72	30 063,65	0,00	87 378,63
Outros	11 019,30	41,11	51,58	10 325,24	11 244,57	0,00	32 681,79
GASTOS ADMINISTRATIVOS	-246 725,54	-920,42	-1 154,81	-231 185,37	-251 769,46	0,00	-731 755,60
OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	-10 786,53	-4,82	-6,05	-3 179,27	-1 320,31	0,00	-15 296,99
Outros	-10 786,53	-4,82	-6,05	-3 179,27	-1 320,31	0,00	-15 296,99
RESULTADO OPERACIONAL	-2 850 168,84	-19 883,81	10 854,22	82 969,16	18 223,94	-1 705,70	-2 759 710,83
RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2 191 752,15	8 756,16	287,94	151 716,02	527 918,88	868,41	2 881 299,56
Rendimentos	1 967 806,40	7 861,49	258,52	136 214,19	473 977,93	779,68	2 586 898,20
Cambial	8 676,21	34,66	1,14	600,58	2 089,81	3,44	11 405,84
Imparidades e JV	215 269,54	860,01	28,28	14 901,25	51 851,14	85,29	282 995,52
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO	-658 416,68	-11 127,44	11 142,15	234 685,17	546 142,82	-837,29	121 568,73
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	-70,12	-0,28	-0,33	-65,70	-71,55	0,00	-207,96
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - 2019	-658 486,79	-11 127,71	11 141,82	234 619,47	546 071,28	-837,28	121 360,77
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - 2018	-887 893,41	-19 180,58	16 719,02	450 273,17	595 965,36	749,18	156 632,74

18. FORNECEDORES

Apresentamos de seguida a decomposição dos fornecedores em 31/12/2019 e 31/12/2018:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores	16 173,91	-	16 173,91	2 148,21	-	2 148,21
	16 173,91	-	16 173,91	2 148,21	-	2 148,21

O saldo respeita a valores em dívida a 31/12/2019 e regularizados em janeiro de 2020. A variação do saldo face ao exercício anterior decorre do facto de ter sido recebido ainda em 2019 o aviso referente à apólice do seguro de saúde dos colaboradores para o exercício de 2020, no valor de 14.700,05 euros.

19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Os Serviços prestados pelo MONAF em 31/12/2019 e em 31/12/2018 são detalhados da seguinte forma:

	2019	2018	Variação	%
Serviços prestados				
Jóias	435,00	280,00	155,00	55,36
Quotizações	5 640 975,53	5 502 781,00	138 194,53	2,51
Receitas Administrativas	140 872,46	156 647,50	(15 775,04)	(10,07)
Outros	71 410,03	55 434,75	15 975,28	28,82
	5 853 693,02	5 715 143,25	138 549,77	2,42

Os Serviços prestados ascendem, com referência a 31 de dezembro de 2019, a 5.853.693,02 euros, dos quais 5.640.975,53 euros respeitam a quotizações e 140.872,46 euros a Receitas Administrativas.

A rubrica Outros, no valor de 71.410,03 euros, compreende essencialmente:

- (i) reembolsos de despesas, 56.014,86 euros e
- (ii) planos da anuidade anterior que apenas tiveram a sua resolução em 2019, 15.381,33 euros.

Apresentamos o detalhe das quotizações:

 **Moutinho**

	2019	2018	Variação	%
Quotizações				
Plano I	1 836 201,74	1 976 465,41	(140 263,67)	(7,1)
Plano II	6 979,53	6 598,65	380,88	5,8
Plano III	8 813,47	11 735,34	(2 921,87)	(24,9)
Plano V	1 808 212,54	1 674 123,61	134 088,93	8,0
Plano VI	1 980 768,25	1 833 695,63	147 072,62	8,0
Plano VII	-	162,36	(162,36)	(100,0)
	5 640 975,53	5 502 781,00	138 194,53	2,5
Receitas administrativas				
Plano I	81 391,15	89 517,34	(8 126,19)	(9,1)
Plano II	382,65	429,03	(46,38)	(10,8)
Plano III	422,22	536,54	(114,32)	(21,3)
Plano V	38 868,67	47 817,25	(8 948,58)	(18,7)
Plano VI	19 807,77	18 339,20	1 468,57	8,0
Plano VII	-	8,14	(8,14)	(100,0)
	140 872,46	156 647,50	(15 775,04)	(10,1)
Total de Quotizações				
Plano I	1 917 592,89	2 065 982,75	(148 389,86)	(7,2)
Plano II	7 362,18	7 027,68	334,50	4,8
Plano III	9 235,69	12 271,88	(3 036,19)	(24,7)
Plano V	1 847 081,21	1 721 940,86	125 140,35	7,3
Plano VI	2 000 576,02	1 852 034,83	148 541,19	8,0
Plano VII	-	170,50	(170,50)	(100,0)
	5 781 847,99	5 659 428,50	122 419,49	2,2

Por comparação com o valor registado em 2018 as quotizações aumentaram 122.419,49 euros (2,16%) seguidamente analisadas nas suas diferentes componentes.

Nos Planos I a V, verificou-se uma diminuição média de 0,2%, representando, em valores absolutos, menos 8.715,73 euros. Especificamente no Plano I relativo a Complemento de Reforma, as quotizações registaram um decréscimo de 7,1% (-140.263,67 euros) dos quais menos 67.749,10 dizem respeito à redução das entregas únicas que se destinam na totalidade ao reforço dos valores das rendas vitalícias já contratadas pelos associados.

Já o Plano V registou um crescimento de 8,0% (134.088,93 euros).

Os Planos VI registaram subscrições de 1.980.768,25 euros o que, quando comparado com os valores registados na anuidade transata, representa um aumento de 8,0% (em valores absolutos, mais 147.072,62 euros).

Convém, no entanto, ter presente que no caso específico deste plano de benefícios o volume das quotizações resulta de diversos fatores com elevada volatilidade anual, como são o total dos capitais vencidos, os prazos de subscrição e a captação de novos recursos para além da evolução da própria conjuntura económico e do comportamento de mercados financeiros, nacionais e internacionais, alternativos.

As Receitas Administrativas de Gestão apresentaram uma redução de 15.775,04 euros que se devem, fundamentalmente, ao impacto com a redução do valor cobrado a título de carga administrativa nos novos Planos subscritos comparativamente com a dos Planos que agora se venceram, já que o volume de quotizações foi superior nesta anuidade.

Já quando comparadas, incluindo-se os reembolsos de despesas (Outros), os valores encontram-se, praticamente, inalterados (212.282,49 euros em 2019 e 212.082,25 em 2018).

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos fornecimentos e serviços externos em 31/12/2019 e 31/12/2018:



	2019	2018
Trabalhos especializados	244 323,18	366 407,38
Publicidade e propaganda	2 793,70	5 676,45
Vigilância e segurança	1 897,90	-
Honorários	20 073,60	20 073,60
Comissões	7 820,45	7 958,68
Conservação e reparação	853,99	551,70
Serviços bancários	45 924,29	23 735,03
Outros serviços especializados	7 435,42	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	22,60	30,78
Livros de documentação técnica	176,51	378,08
Material de escritório	6 179,48	3 262,88
Outros serviços	500,00	-
Combustíveis	1 121,25	1 071,59
Deslocações e estadas	9 613,42	15 772,08
Rendas e alugueres	7 219,95	9 430,53
Comunicação	5 085,48	5 967,15
Seguros	28 553,25	26 814,92
Contencioso e notariado	688,80	4 714,93
Limpeza, higiene e conforto	1 556,94	1 998,77
Outros serviços	313,73	1 927,85
	392 153,94	495 772,40

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram uma diminuição de 103.618,46 euros (menos 20,9%) face ao exercício de 2018.

Esta variação decorre, essencialmente, da diminuição do saldo da rubrica Trabalhos Especializados (menos 122.084,20 euros) referentes a gastos suportados em 2018 com consultoria jurídica e consultoria informática.

As restantes rubricas acompanharam, de um modo geral, esta diminuição com exceção dos Gastos com Serviços Bancários, que registaram um aumento de 22.189,26 euros, diretamente, associados às comissões suportadas no âmbito da liquidação dos Fundos de Investimento Imobiliários em dezembro de 2019.

21. GASTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

	2019	2018
Remunerações do pessoal	264 272,78	277 027,80
Benefícios pós-emprego	8 892,80	8 892,80
Encargos sobre remunerações	47 907,19	50 592,17
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 371,99	1 236,29
Outros gastos com o pessoal	14 921,23	15 369,66
	337 365,99	353 118,72

Nos Gastos com o Pessoal registou-se uma diminuição de 15.752,73 euros (menos 4,5%). Esta variação decorre essencialmente da baixa de duas colaboradoras entre fevereiro e agosto de 2019.

A rubrica de Outros Gastos com o Pessoal compreende essencialmente os gastos suportados com o seguro de Saúde (14.047,83 euros).

Com referência a 31/12/2019 o MONAF dispunha de 9 colaboradores.

22. OUTROS RENDIMENTOS

A conta Outros Rendimentos decompõe-se da seguinte forma:

97 250
Rafael Monteiro

	2019	2018
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias - MEP	-	1 400 738,58
Diferenças de câmbio favoráveis	27 213,57	65 945,65
Alienações		
Acções	3 068,97	-
Fundos de investimento	28 654,41	-
Investimentos não financeiros		
Outras rendas	-	750,00
Ativos Não Correntes Detidos para Venda	-	2 256,46
Alienações	2,00	-
Outros		
Correções relativas a exercícios anteriores	143 083,96	1 363 701,87
Consignação fiscal	32 403,65	36 515,07
Outros	0,03	5 066,01
	<u>234 426,59</u>	<u>2 874 973,64</u>
Juros, dividendos e outros rendimentos		
Juros obtidos		
Depósitos	11 439,37	24 487,08
Obrigações	831 017,29	820 270,94
Empréstimos a associados	79 777,55	95 751,27
Outros	13 820,56	15 301,69
Dividendos	7 410,00	-
Rendimentos	<u>2 180 753,41</u>	<u>4 423 124,83</u>
	<u>3 124 218,18</u>	<u>5 378 935,81</u>
	<u>3 358 644,77</u>	<u>8 253 909,45</u>

No cômputo geral, esta rubrica apresenta uma diminuição de 4.895.264,68 euros (menos 59,3%) face aos valores apresentados em 2018.

Os Outros Rendimentos e Ganhos registaram uma diminuição de 2.640.547,05 euros que decorre essencialmente de, em 2018, terem sido reconhecidas:

- (i) a valorização dos investimentos nas subsidiárias através da equivalência patrimonial, por 1.400.738,58 euros. Em 2019 estas participações foram vendidas.
- (ii) correções referentes a exercícios anteriores, no valor de 1.363.701,87 euros, dos quais 1.265.908,10 euros correspondentes à recuperação de IRC suportado pelos Fundos de Investimento Imobiliário por conta do MONAF;

Nos Juros e Rendimentos Obtidos verifica-se uma diminuição de 2.254.717,63 euros (menos 41,9%) traduzindo bem o que tem sido a redução das taxas de juro nos mercados.

Os Outros Rendimentos registaram uma diminuição de 2.242.371,42 euros (menos 50,7%) em resultado de

- (a) Os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Private Equity e Imobiliários, no total de 2.174.215,76 euros (3.936.239,21 euros em 2018).
- (b) A especialização, no valor 486.885,62 euros, do ganho subjacente ao investimento previsto na Poentescala S.A.

23. OUTROS GASTOS

Apresentamos de seguida a conta Outros Gastos em 31/12/2019 e 31/12/2018:

	2019	2018
Impostos	507,14	591,32
Alienações		
Subsidiárias, associadas e Emp. Conjuntos	520 599,20	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	15 807,73	18 546,48
Outros		
Correcções relativas a exercícios anteriores	1 338,81	4 342,12
Donativos	1 750,00	7 100,00
Quotizações	240,00	240,44
Outros gastos		154,11
Custos com associados	8 718 890,77	8 378 048,28
	9 259 133,65	8 409 022,75

Esta conta apresenta um aumento de 850.110,90 euros (10,1%) face a 2018, justificada essencialmente:

- (i) pela variação dos Custos com Associados, 340.842,49 euros (4,1%) e
- (ii) pelas Alienações em Subsidiárias por 520.599,20 euros, decorrentes do exercício da opção de recompra efetuado pela Lúcio Investimentos a 23 de agosto 19.

Apresentamos de seguida a decomposição dos Custos com Associados:

Ob
De
Monteiro

Custos com associados	2019	2018
Pensões de sobrevivência		
Plano II	25 881,72	25 848,97
Plano III	390,72	1 047,69
	<u>26 272,44</u>	<u>26 896,66</u>
Capitais vencidos em vida		
Plano V	1 526 001,50	1 729 789,80
Plano VI	1 539 691,63	1 542 706,71
	<u>3 065 693,13</u>	<u>3 272 496,51</u>
Capitais vencidos por morte		
Plano I	-	-
Plano V	-	4 264,92
Plano VI	880 478,13	505 148,26
	<u>880 478,13</u>	<u>509 413,18</u>
Capitais vencidos por resgate		
Plano I	-	-
Plano V	-	-
Plano VI	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Rendas vitalícias		
Plano I	4 732 845,84	4 517 393,26
	<u>4 732 845,84</u>	<u>4 517 393,26</u>
Rendas temporárias		
Plano VII	2 140,19	650,00
	<u>2 140,19</u>	<u>650,00</u>
Outros custos com associados	11 461,04	51 198,67
	<u>8 718 890,77</u>	<u>8 378 048,28</u>

Relativamente aos Custos com as modalidades há a registar:

Pensões de Sobrevivência - Planos II e III

Aos cônjuges e filhos de associados já falecidos (12 associados) liquidaram-se, 26.272,44 euros.

Capitais vencidos em vida Planos V e VI

Os Capitais vencidos nestes Planos de benefícios registados por 3.065.693,13 euros apresentaram este ano um decréscimo de 206.803,38 euros (menos 6,3%), dos quais 203.788,30 euros (menos 11,8%) no Plano V e 3.015,08 euros (0,2%) no Plano VI.

No que concerne aos Planos VI é importante referir que na anuidade em apreço se venciam 1.099 Planos num valor total de 6.658.485,27 euros.

Deste valor total apenas 1.539.691,63 euros foram contabilizados como capitais vencidos em vida, dos quais 846.578,59 euros foram para pagamento aos Associados, 232.569,18 euros destinaram-se a amortizações de empréstimos, 106.916,46 euros para reforços de rendas do Plano I e pagamento de quotas e 353.627,40 euros para constituição de novos Planos VI. Não existiam planos pendentes de decisão ou de pagamento aos associados.

Rendas vitalícias em pagamento

Nas rendas vitalícias em pagamento (Plano I), que cresceram 4,8%, liquidámos a 987 associados rendas mensais que envolveram, em termos acumulados, 4.732.845,84 euros de "complementos de reforma", que comparam com os 4.517.393,26 euros pagos na anuidade anterior aos, então, 950 associados.

Conforme se poderá verificar em face dos números referenciados no parágrafo anterior, o MONAF assume um papel verdadeiramente importante na área da previdência complementar privada dos farmacêuticos e dos seus associados em geral. Perto de 1.000 farmacêuticos, (número que ultrapassaremos em 2020) recebem já o seu complemento de reforma através do MONAF, por atempadamente terem planeado a sua reforma e tomado a decisão de subscrever o nosso Plano I.

O valor médio anual por associado que se encontra a usufruir deste benefício, representa uma renda vitalícia de, cerca de, 4.795 euros, ou seja, cerca de 400 euros mensais.

Relembramos aqui que este Plano de Benefícios permite a contratação de uma renda vitalícia mensal a partir de 25 euros até ao limite de 1000 euros, a receber, opcionalmente, a partir dos 60 anos e a iniciar-se o mais tardar aos 70 anos.

Rendas temporárias

Já nas rendas temporárias do Plano VII foram pagos a 4 beneficiários, 2.140,19 euros.

Outros custos com associados

Os outros custos registados por 11.461,04 euros, são de carácter não recorrente resultando essencialmente de remições das Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios (8.226,90 euros) e de Outros Custos com associados referentes ao ano anterior (3.233,64 euros).

 Rui Monteiro

24. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

As Depreciações e amortizações do exercício registadas em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram as seguintes:

	2019	2018
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento administrativo	1 723,99	741,37
	1 723,99	741,37
Ativo intangíveis		
Programas de computador	511,68	-
	511,68	-
	2 235,67	741,37

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Em resultado de um processo de contencioso referente a um empréstimo hipotecário no qual o MONAF é credor pelo valor de 90.000 euros, foi celebrado no dia 2 de janeiro de 2020 um contrato promessa de compra e venda de um imóvel, que determina que, no ato da assinatura da escritura agendada para o próximo 02 de março de 2020 seja emitido um cheque à ordem do MONAF, pelo valor suprarreferido, para quitação da dívida.

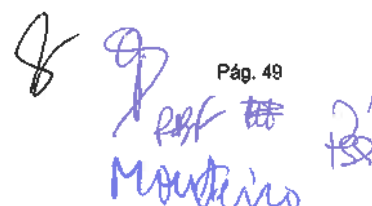
Na sequência deste acontecimento o MONAF reconheceu a reversão da imparidade anteriormente constituída sobre esta dívida, no valor de 33.205,99 euros (vidé nota 10 deste relatório) e juros, no valor de 56.794,01 euros.

Desde a data de fecho do período e até à presente não ocorreram outros factos relevantes que, de qualquer forma, alterem a situação líquida apresentada.

26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.


Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Pág. 49

 Monteiro

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Luís Miguel de Figueiredo Silvestre (Presidente)


Raquel Barreiros Faria Sampaio (Vice-Presidente)


Maria Margarida Nunes Maldonado Freitas (Vogal)


Fernando José Carneira Saraiva Monteiro (Vogal)



Célia Sofia Gomes Salvado Boavida (Vogal)


Lisboa, 26 de fevereiro de 2020


ANEXOS

PATRIMÓNIO SOB GESTÃO AFECTO AOS FUNDOS PERMANENTES A 31 DEZEMBRO 2019

Organismos de Investimento Coletivo (OIC's)	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
Ações e Fundos de Ações	6 801 889	5 174 073	20 671	680	358 156	1 246 259	2 050
Fundos de Investimento Mistos e Hedge Funds	6 595 806	5 017 309	20 044	659	347 305	1 208 500	1 988
Obrigações e Fundos de Obrigações	9 937 189	7 559 039	30 199	993	523 247	1 820 716	2 995
Alternativos	479 412	364 680	1 457	48	25 244	87 838	144
Commodities	121 800	92 651	370	12	6 413	22 316	37
Outros	670 033	509 682	2 036	67	35 281	122 765	202
Liquidez	757 367	576 116	2 302	76	39 879	138 767	228
Subtotal	25 363 495	19 293 549	77 078	2 535	1 335 525	4 947 183	7 644
Alternativos							
Infraestrutura	2 492 163	1 895 743	7 574	249	131 226	456 620	751
Private Equity	13 411 114	10 201 590	40 756	1 340	706 168	2 457 218	4 042
Venture Capital	238 507	181 428	725	24	12 559	43 700	72
Alternativo SIMFE	525 000	399 358	1 595	52	27 644	96 192	158
Subtotal	16 686 784	12 678 120	50 650	1 666	877 596	3 053 730	5 023
Fundos Imobiliários/Outros Imobiliário							
FI Aberto	2 500 877	1 902 448	7 600	250	131 690	458 235	754
Imobiliário Directo	500 000	380 341	1 519	50	26 328	91 611	151
Outros activos imobiliários	75 000	57 051	228	7	3 949	13 742	23
Subtotal	3 075 877	2 339 840	9 348	307	161 967	563 588	927
Obrigações							
Obg_EUR_Não Cotadas	13 734 340	10 447 463	41 738	1 373	723 187	2 516 440	4 139
Obg_EUR_Cotadas	5 678 390	4 319 448	17 256	567	298 998	1 040 409	1 711
Obg_Estrang_Cotadas	1 156 774	879 937	3 515	116	60 910	211 947	349
Subtotal	20 569 504	15 646 847	62 510	2 056	1 083 096	3 768 796	6 200
Outros Investimentos							
Participações de Capital	642 571	488 792	1 953	64	33 835	117 733	194
Numismática	1 713 636	1 303 533	5 208	171	90 232	313 977	516
Seguro Vida	506 250	385 095	1 538	51	26 657	92 756	153
Produto Estruturado com Capital Garantido	890 155	677 125	2 705	89	46 871	163 096	268
Outros	778	592	2	0	41	142	0
Empréstimos Associados	1 446 438	1 100 279	4 396	145	76 163	265 020	436
Subtotal	5 199 829	3 955 415	15 802	520	273 799	952 726	1 567
Depósitos Bancários							
Depósitos a Prazo	11 495 000	8 744 037	34 933	1 149	605 274	2 106 143	3 485
Subtotal	11 495 000	8 744 037	34 933	1 149	605 274	2 106 143	3 485
Total	82 370 590	62 657 809	250 321	8 232	4 337 257	15 092 145	24 828







BASES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DO MONAF

Planos I; II; III; V; VI; VII				
	até 31-Dez-1997	01-Jan-1998 a 30-Jun-2004	01-Jul-2004 e 31-Dez-2017	após 01-Jan-2018
Tábua de Mortalidade	PM 60G	PP 79/82	PF94 e PM94	INE 2010-2012 Male/Female
Tábua de Invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Taxa Técnica de Juro	4%	2%	2%	1%
Plano I - Entregas Únicas com e sem Contrasseguro				
		01-Jan-2014 a 31-Ago-2016	após 01-Set-2016	
Tábua de Mortalidade (renda)		PF 94	INE 2010-2012 Female	
Tábua de Mortalidade (risco)		PM 94	INE 2010-2012 Male	
Taxa Técnica de Juro		2%	1%	



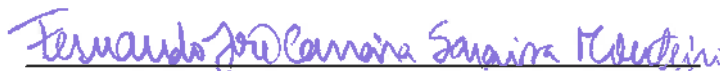
Luís Miguel de Figueiredo Silvestre (Presidente)



Raquel Barreiros Faria Sampaio (Vice-Presidente)



Maria Margarida Nunes Maldonado Freitas (Vogal)



Fernando José Carreira Saraiva Monteiro (Vogal)



Célia Sofia Gomes Salvado Boavida (Vogal)

Lisboa, 26 de fevereiro de 2020